



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 698/1976

Que reorganiza o Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Passa Quatro e contém outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Quadro do Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Passa Quatro compor-se-á de grupos classificados por ordem alfabética e com níveis de vencimentos para os respectivos cargos, de acordo com o Anexo Único que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º As atribuições dos cargos constantes no Anexo Único, a que se refere o artigo anterior, serão definidos, em decreto, pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º O provimento dos cargos integrantes do Quadro Pessoal Permanente, vagos ou que venham a vagar-se, criadas pelo Art. 1º desta lei, será feito de acordo com as normas estabelecidas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, exceto o de Assessor-Administrativo, que é de livre escolha do Prefeito e demissível **ad-nutum**.

Art. 4º Os funcionários portadores de diploma do curso ginásial ou equivalente terão direito a uma gratificação de 5% (cinco por cento), calculado sobre os seus vencimentos.

Art. 5º Os funcionários portadores de diploma do curso médio ou 2º grau terá direito a uma gratificação de 7,50% (sete e meio por cento), calculado sobre os seus vencimentos.

Art. 6º Os funcionários portadores de diploma do curso superior terão direito a uma gratificação de 10% (dez por cento), calculado sobre seus vencimentos.

Art. 7º A gratificação a que se refere aos artigos 4º, 5º e 6º não será computada para efeito de recebimento de quaisquer outras vantagens, exceto aposentadoria.

Art. 8º Os aumentos decorrentes da reclassificação a que se refere esta lei ficam condicionados à existência de recursos orçamentários, e poderão ser efetivados em duas parcelas anuais de 50% (cinquenta por cento) cada uma, sendo a primeira a partir de 1977 e a segunda a partir de 1978, observados ainda os dispositivos legais que limitam as despesas com pessoal.

Art. 9º As despesas decorrentes desta lei correrão por dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1977, revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 12 de outubro de 1976.

Carlos Edil Fortes
Prefeito Municipal

Pedro Mossri
Secretário